

CFM e CRM-PB repudiam agressão a médica na Paraíba

NOTA AOS MÉDICOS

O Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB) repudiam as agressões verbais, o constrangimento e a interferência indevida sofridos por uma médica, no exercício de sua função, na última segunda-feira (21), durante plantão de urgência e emergência na cidade de Caaporã/PB.

Enquanto a médica atendia pacientes graves na Sala Vermelha e organizava a classificação de risco, o serviço foi invadido por um vereador, que tumultuou o ambiente assistencial e incitou usuários contra a equipe de saúde.

O CFM e CRM-PB alertam que:

A prioridade no atendimento de urgência é definida pela gravidade clínica e pelo risco de morte, não sendo compatível com pressões externas.

A prerrogativa de fiscalização parlamentar não autoriza a invasão de serviços de saúde nem o desrespeito a profissionais.

Todo médico tem o direito de exercer sua profissão com dignidade, sem intimidação ou ingerência sobre o ato médico.

A violência contra os médicos não será tolerada!

A denúncia foi formalmente acolhida e estão sendo adotadas as medidas cabíveis nas esferas administrativa, cível, criminal e eleitoral junto aos órgãos competentes.

À médica e a toda a equipe, nossa irrestrita solidariedade.

Quem cuida da saúde da população não pode trabalhar com medo!

Brasília, 25 de setembro de 2026.

CFM e CRM-PB

Webinar do CFM vai debater o enfrentamento à obesidade infantil

-

O Conselho Federal de Medicina (CFM) vai realizar na tarde do dia 2 de outubro o I Webinar de Endocrinologia Pediátrica, que vai debater os melhores caminhos para o enfrentamento da obesidade infantil. O evento abordará desde o enfrentamento de condições crônicas prevalentes até o acesso a novas tecnologias e medicamentos de alta complexidade.

As inscrições estão abertas e podem ser feitas [AQUI](#).

No webinar serão debatidos temas como o diagnóstico da obesidade infantil, o uso do GLP-1 e da cirurgia metabólica, o diagnóstico do diabetes tipo 1 e o acesso a tratamentos pelo Sistema Único de Saúde, entre outros temas.

A primeira mesa vai debater a obesidade infantil como uma emergência sanitária, abordando o problema de saúde sob a ótica do diagnóstico preciso, critérios éticos e indicações terapêuticas fundamentadas em evidências científicas. A segunda mesa, que terá como tema Diabetes Mellitus

Tipo 1: Diagnóstico, Tecnologia e Segurança, vai discutir a identificação precoce do diabetes e a incorporação de novas tecnologias assistenciais no manejo da condição em pacientes pediátricos.

O acesso ao tratamento em endocrinologia pediátrica será debatido na terceira mesa, que abordará a equidade no atendimento, judicialização da saúde, gargalos no Sistema Único de Saúde (SUS) e entraves na distribuição de medicamentos para doenças endócrinas crônicas e raras.

O coordenador da Câmara Técnica de Endocrinologia e Metabologia do CFM, Bruno Leandro de Souza, argumenta que o webinar será um espaço importante para debater um tema que tem preocupado as famílias brasileiras. “Cerca de 17 milhões de crianças e adolescentes (entre 5 e 19 anos) estão com excesso de peso no país. Esses números colocam o Brasil em 7º lugar mundial em proporção de crianças e adolescentes com obesidade ou sobrepeso. Com este webinar, queremos debater soluções para este importante problema de saúde pública”, afirmou.

Acesse [AQUI](#) a programação,

CFM abre consulta pública sobre avaliação e tratamento do autismo



Aberta a toda a população, iniciativa reúne contribuições para subsidiar as orientações do Conselho sobre o Transtorno do Espectro Autista no Brasil.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) abriu uma consulta pública para ouvir médicos, demais profissionais de saúde, pessoas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), familiares, cuidadores e cidadãos interessados sobre como a avaliação do autismo vem sendo realizada no país e o que pode ser aprimorado. Para acessar a consulta, clique [aqui](#).

Os sinais do TEA variam de pessoa para pessoa e podem surgir em diferentes momentos da vida. Também podem estar associados a outras condições, como ansiedade, epilepsia, deficiência intelectual e transtornos do sono.

Como não existe um exame capaz de confirmar o diagnóstico, a avaliação depende da história clínica, da observação do desenvolvimento e da atuação de diferentes profissionais. Um processo incompleto pode levar ao diagnóstico tardio ou equivocado e a tratamentos que não correspondam às necessidades da pessoa.

Por meio de cinco perguntas, o CFM busca saber aspectos como o peso da avaliação psiquiátrica nesse processo e se a combinação de sinais, alterações psicopatológicas e comprometimento do desenvolvimento define o diagnóstico e o prognóstico.

A consulta também aborda em que medida a participação de outras especialidades médicas e de outras profissões contribui para a escolha de tratamentos com ou sem medicamentos, e como a identificação de comorbidades orienta essas decisões. Por fim, pergunta se o registro obrigatório dos diagnósticos diferenciais – condições consideradas e afastadas durante a avaliação – tornaria o diagnóstico mais claro e seguro.

As contribuições da consulta pública ajudarão o CFM a definir orientações para a avaliação e o tratamento do TEA no Brasil.

Fonte: [Portal CFM](#), em 25.09.2026.